

26° Congresso do ANDES-SN mantém políticas de ações afirmativas, mas é contra reserva de vagas nas Universidades

Realizado em Campina Grande (PB), no período de 27 de fevereiro a 4 de março, o 26° Congresso do ANDES-SN contou com a participação de 337 delegados, 35 observadores e cinco convidados. Sob o tema “Reconstruindo a unidade dos trabalhadores para enfrentar as velhas reformas do novo governo”, o Congresso do ANDES-SN reafirmou a postura crítica do Sindicato Nacional frente às reformas neoliberais referendadas pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, assim como atualizou as propostas do Sindicato Nacional para a educação brasileira, pregando a autonomia universitária, a excelência do ensino, uma remuneração digna para os professores, assim como a defesa da carreira docente.

Uma das principais discussões realizadas no evento versou sobre a política de ações afirmativas e a reserva de vagas para negros,



FOTO: RAPHAELLA BICCA

DELEGAÇÃO DA ADUR-RJ PARTICIPA DO 26° CONGRESSO DO ANDES-SN, EM CAMPINA GRANDE (PB)

índios e estudantes de escolas públicas nas Universidades. A base do ANDES-SN, após muito discutir, reafirmou posicionamento favorável à política de ações afirmativas, mas manifestou-se, por deliberação congressual, que é contra a reserva de vagas (cotas) em Universidade. Saiba mais nesta edição.

Páginas 5 a 7:
Entrevista com Profa.
Luitgarde Barros

Edição especial: política de ações afirmativas

ANDES-SN se posiciona: não à política de cotas

Antes de participar do 26º Congresso do ANDES-SN, a ADUR-RJ realizou duas assembleias (25/1 e 06/02), quando foram aprovados os docentes que participariam do evento representando a Associação, e também discutidos os principais temas que seriam apreciados durante o Congresso do Sindicato Nacional.

A delegação da ADUR-RJ foi composta pelos professores Lenir Lemos Furtado Aguiar, Celia Regina Otranto, Ana Cristina Souza dos Santos, Luis Mauro Sampaio Magalhães, Orlando Marques da Costa e Frederico José Falcão. Os docentes estiveram atentos aos debates realizados durante o Congresso, tendo participado ativamente de cada tema em pauta de discussão, conforme proposto pelo ANDES-SN.

As políticas de reserva de vagas para negros e estudantes de escolas públicas em Universidades (cotas) foram um dos assuntos que demandaram bastante atenção da plenária, que debateu o tema com afinco. Posteriormente, o plenário confirmou o posicionamento favorável do ANDES-SN às políticas de ações afirmativas, que continuará debatendo sobre o tema. Entretanto, o plenário se manifestou contra a política de cotas para negros, índios, estudantes de escolas públicas. Dos votantes, a maioria dos delegados foi contra a reserva de vagas.

ADUR-RJ levou ao Congresso posicionamento de Assembleia sobre a política de cotas

A ADUR-RJ tinha um posicionamento de assembleia sobre o tema, tendo deliberado que seus delegados votariam contra a política de cotas nas universidades, por entenderem que esta iniciativa esconde a política oficial do governo de fragilizar o ensino público.



Antes de participar do Congresso, como deliberado na Assembleia do dia 6 de fevereiro, constituiu-se uma Comissão representante daquela assembleia que solicitaria uma reunião com a Decana de Ensino de Graduação, Profa. Nídia Majerowicz.

Esta Comissão apontou para a necessidade de se debater mais amplamente sobre o tema, a partir de posicionamentos pró e contra a política de reserva de vagas, a fim de que a comunidade pudesse fundamentar-se melhor para poder posicionar-se em pesquisas de opinião no interior da Universidade. Reforçaram, portanto, a necessidade de se debater o assunto de forma plural, contemplando visões antagônicas, como forma de subsidiar discussões que remetam à adoção de políticas afirmativas que não se restrinjam a cotas raciais.

Conforme publicado na edição anterior do *Adur Informa*, os docentes também questionaram as perguntas e a metodologia empregada pela

Administração Superior para fazer uma consulta à comunidade acerca das cotas na UFRRJ. A seqüência de ações empreendidas pelo Decanato de Graduação, que envolveu os Informativos números 1 e 2, foi vista como parcial, uma vez que trouxe a defesa de uma só idéia e direcionou a pesquisa de opinião para uma das partes.

O método de consulta à comunidade, por sua vez, não estabeleceu critérios de controle, tornando esta consulta um instrumento falho e de pouca confiabilidade. Um mesmo indivíduo poderia votar diversas vezes, sem problema, em um questionário composto de perguntas que remetiam ao senso comum, direcionando para a admissão de cotas, principalmente raciais.

A partir da reunião com a Profa. Nídia Majerowicz, ficou acordado que a ADUR-RJ enviaria um texto para o Rural Semanal que expressasse uma outra opinião, como forma de contribuir para um debate mais plural e democrático. Selecionamos, então, a entrevista realizada

com a professora Luitgarde Barros, da UERJ, da qual extraímos uma parte, devido ao espaço reduzido no Rural Semanal, mas que, dada a riqueza de informações, deliberamos por publicar, na íntegra, nesta edição do ADUR Informa Especial.

Com essas ações a ADUR-RJ acredita estar contribuindo para o esclarecimento da comunidade da UFRRJ e para a garantia de um debate democrático em torno de tema tão polêmico. Estamos, portanto, empreendendo ações para que a decisão sobre o assunto, seja ela qual for, reflita a vontade autônoma da comunidade universitária.

A ADUR apóia e parabeniza o Decanato de Graduação pela organização de uma mesa de debates sobre o tema, no dia 15 de março, com docentes de diferentes instituições educacionais e diferentes visões a respeito do assunto, o que, por certo, contribuirá para o aprofundamento das questões e subsidiará uma possível tomada de decisão pela Administração Superior.

“Ação afirmativa do profundo racismo”

Entrevista com *Professora Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros*, antropóloga e coordenadora do Laboratório de Dinâmicas Societárias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

No momento em que o 26º Congresso do ANDES-SN aprovou que o Sindicato Nacional não deve se posicionar de forma favorável à política de cotas, e que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro se propôs a discutir o assunto com a comunidade, entrevistamos a Profa. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros. A breve conversa foi gravada em Campina Grande (PB), durante o evento do ANDES-SN, onde a docente deixou claro porque não se deve aprovar as políticas de ações afirmativas criadas pelo governo FHC, que têm sido levadas adiante pelo governo Lula da Silva.

Segundo a Profa. Luitgarde Barros, as políticas de ações afirmativas, que hoje se manifestam pela proposta do governo em promover cotas para negros e estudantes de escolas públicas nas Universidades, é fruto de uma perversa estrutura internacional de dominação dos povos. A docente, que há décadas participa da luta em defesa do ensino público de qualidade, revela seu descontentamento com a reserva de vagas para cotistas nas Universidades, o que afirma ser “a ação afirmativa do profundo racismo”.

ADUR Informa: Como a senhora entende as políticas de ações afirmativas hoje, frente à realidade do ensino brasileiro?

Profa. Luitgarde: Fiquei sabendo das ações afirmativas como política do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que fazem uma cobrança extorsiva e monstruosa da dívida externa na América Latina. É uma profunda violência. Os governantes da América Latina são os cobradores, os feitores da senzala que açoitam o povo de seu país. Tirando-lhe o sangue, e convertido em dinheiro para pagar a dívida externa. Isso até recebeu o nome sofisticado de superávit primário. Foi retirado tudo da América Latina, em um projeto absolutamente criminoso. No Brasil, o

próprio governo desrespeita a Constituição. O documento é claro: verba rubricada, verba carimbada não pode ser desviada. Saúde e educação são prioridades, com destinação específica. Então, o governo cria uma palavra, que é contingenciamento, para não responder ao crime de desrespeito à Constituição. A dívida que pagamos é inominável; somos extorquidos, principalmente no que se refere à saúde e à educação. Então, o FMI e o Banco Mundial, quando viram as destruições da América Latina, tiveram medo do levante dos miseráveis. Como é que os miseráveis se levantariam? Foi então que o FMI e o Banco Mundial apresentaram as políticas compensatórias, de ações afirmativas, que se inserem nesse contexto de



Profa. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros é antropóloga, sendo Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997 e 1980). É também pós-doutora em Antropologia pela UNICAMP (1999). Foi professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) até aposentar-se, na Instituição. Em 1983, passou em concurso público para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde leciona até hoje. Atualmente, a Profa. Luitgarde Barros coordena o Laboratório de Dinâmicas Societárias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e se mantém fiel defensora de um ensino público de qualidade.

destruição do ensino público. A pobreza está crescendo, as crianças não têm escola e os professores estão tão destruídos que, no caso do Rio de Janeiro, chegam a ter 900 alunos por ano. Como você imagina uma criança com apenas três horas de aula, tendo os pais fora de casa, fazendo biscate? Estão entregues a quem? Aprendem com a educação que os políticos dão, de cinismo, de impunidade. Com a educação que a televisão dá, de violência, de “enlatados”.

As políticas compensatórias do governo aprofundam isso, pretendendo dividir a força desses miseráveis. Neste contexto, surgiram as propostas de cotas para pobres e para negros, como compensação por toda a miséria de uma vida. Sou contra essa compensação, porque isso não existe. Não adianta que mil negros entrem por ano, pelas cotas, nas Universidades, se o governo não olhar para a escola pública, que está abandonada. O governo está

produzindo milhões de miseráveis que são incapazes de passar no vestibular. Fico pensando como Martin Luther King veria a Sra. Condolezza Rice se juntando às fábricas de armas, aos donos do petróleo, para assaltar povos, tomando-lhes a riqueza. As ações afirmativas consistem, então, em destacar pobres e negros em meio a sua população imensa, de milhões, e botá-los na faculdade como se isso fosse compensar, através de algumas centenas de universidades, as milhares de crianças e adolescentes massacrados por diplomas de escolas fundamentais e secundárias públicas, onde eles não tiveram aulas de português, matemática, física, química e biologia porque só no Estado do Rio há um déficit de 25mil professores.

ADUR Informa: Um dos argumentos em defesa da política de ações afirmativas é o de que é preciso formar uma elite negra de lideranças intelectuais.

Profa. Luitgarde: Uma elite negra para quê e para quem? O que Condolezza Rice e Colin Powell têm a ver com Martin Luther King? O que os dois primeiros fizeram em favor dos milhares de negros destruídos no último desastre em Nova Orleans? O que eles fazem pelos negros dos guetos americanos? O que isso afirmou para os negros americanos? Em vez de se criar essa elite, tem que se pensar na política educacional como um todo, investindo na escola pública. As crianças e adolescentes, em todo o mundo civilizado, permanecem nas escolas em tempo integral, sob a supervisão dos educadores, que lhes ensinam a gostar de seu país, a ter orgulho de sua pátria e de sua história. Eles têm livros, alimentação e são tratados como gente. Certos políticos brasileiros, verdadeiros monstros, fazem escola de apenas três ou quatro horas diárias, de baixíssima qualidade. Temos escolas feias, horrorosas. Um professor de formação superior ganha R\$480 por mês, podendo chegar a R\$600 se tiver uns “penduricalhos” (produtividade, sala de aula). E, como

é preciso complementar o salário, esse professor que ganha mal pega outras turmas para dar aula. Há casos de professores com 22 turmas de 45 alunos cada. Ele não tem tempo de ler, de aprimorar-se na profissão. É trabalho escravo! Benedita da Silva, quando à frente do governo do Estado do Rio de Janeiro, não pagou o 13º salário dos professores. Muitos venderam seus bens para ter algum dinheiro, para poder comer nos meses de janeiro e fevereiro! Então, que condição um aluno cotista – que, na escola, não teve aulas de física, química, biologia – tem de chegar à faculdade de Medicina, por exemplo, para aprender fisiologia? Isso é loucura! Em segundo lugar: o aluno cotista ganha um ano de bolsa, de R\$190 por mês, mas o banco já lhe tira R\$10 para administrar essa “fortuna”. Quem pode se manter na Universidade com R\$180 por mês? Como uma pessoa que mora no subúrbio pode pagar uma passagem cara como temos no Rio de Janeiro para chegar à Universidade? Outro dia, publiquei um artigo no Jornal do Brasil, contando um caso que aconteceu: estava dando uma aula, às 21h. Deixei os alunos fazendo prova. Havia um tumulto no corredor e, quando vi, havia uma menina desmaiada, rodeada de gente. Como sou fisioterapeuta [Além do bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais (1968), Luitgarde Barros também é graduada em Fisioterapia pela Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro (1966)], procurei atendê-la. A menina havia feito apenas uma refeição naquele dia: comeu um salgadinho com refresco, às 9h da manhã, na Central do Brasil. A UERJ, por exemplo, não tem bebedouro. Quem não tiver dinheiro para comprar água mineral, não bebe. Os alunos não têm dinheiro para fazer xerox, comprar livros. Depois de um ano, esse dinheiro (R\$180) é tirado deles e os alunos ficam sem poder ir para a faculdade, pois não têm quem lhes pague a passagem e banque outras despesas. Então, que absurdo é esse de chamar de ações afirmativas o massacre que

se faz a um homem pela segunda vez? Você o destrói ainda no ensino médio e depois quer colocá-lo na Universidade reconhecendo que ele não tem a capacidade de responder uma prova de Vestibular. Os políticos querem que sejamos todos analfabetos, compradores das ideias que eles mandarem. O Brasil voltou à condição de colônia. Os políticos das ações afirmativas ganham muito para nos transformar em negros de senzala. É afirmação do poder político a serviço da dominação, da destruição do povo.

ADUR Informa: A Universidade não se resume a sala de aula.

Profa. Luitgarde: Na UERJ, vejo a reclamação dos cotistas. Fui à Sub-Reitoria de Pós-graduação, para dizer o seguinte: pelas leis do CNPq, você tem que ter o coeficiente de rendimento de no mínimo sete para receber uma bolsa de iniciação científica. Tem alunos que são reprovados em uma disciplina, têm baixo coeficiente de rendimento etc. Disse ao sub-reitor que sou contra a entrada desses alunos na Universidade, desta forma. Sou contra o contrabando desses estudantes, que não têm capacidade de responder um Vestibular, porque destruíram toda a escola pública do povo brasileiro. Mas, já que eles arrombaram a porta e colocaram na Universidade pessoas que não estavam com a formação necessária para enfrentarem o mundo acadêmico, acho que eles têm que mudar o resto da regra. Os alunos cotistas têm que ganhar bolsa de pesquisador, têm que aprender a fazer pesquisa e não podem estar limitados à questão da média. O aluno cotista não pode sair da faculdade com a frustração do diploma acadêmico, igual ao do falso diploma da formação do primeiro e do segundo grau. Não podemos



PROFA. LUITGARDE BARROS CRITICA POLÍTICA DE COTAS DURANTE O 26º CONGRESSO DO ANDES-SN

permitir que os políticos corruptos e entreguistas destruam a Universidade, como fizeram com o ensino médio. A luta é pela reconstrução do ensino médio universal, com um salário digno para os professores, com no máximo cinco turmas, considerando que isso represente cerca de 200 alunos para o docente. Além de 200 alunos, nenhum professor consegue ensinar. E ainda tem uma segunda forma de banditismo dos administradores da educação, que começou com o Sr. Darcy Ribeiro. Para mandar estatísticas para a Unesco, tentando demonstrar a não evasão e a não reprovação, determinouse que o aluno não tem que aprender para passar; o professor é obrigado a aprová-lo. Isso é criminoso. Onde já se viu alguém estudar se não for submetido a um exame? Onde você viu professor escravizado preparar alguma coisa? Enquanto um aluno rico fica no São Bento, estudando das 8h às 17h, tendo que manter a nota, já que para a classe dominante é importante ter boa formação – condição para o acesso às boas universidades – nossos

políticos são tão ruins que obrigam os professores a aprovar seus alunos por decreto. Então, o aluno sabe que não tem que estudar porque vai passar de ano de qualquer forma, não tem quem ponha ele para estudar em casa, e, por isso, ele passa horas diárias em frente à televisão. Seus professores são: os traficantes e a televisão, que difundem a violência. Com os políticos, eles também aprendem que não serão punidos. Qual a ação afirmativa que existe na cota? É a ação que afirma a submissão dos políticos do nosso país aos projetos intervencionistas, que destroem o nosso povo para que sejamos apenas plantadores de laranjas e soja para exportação.

ADUR Informa: Algumas pessoas que defendem as cotas afirmam que aqueles que se posicionam contrariamente a essa política são racistas. O que pensa sobre isso?

Profª. Luitgarde: Tem racismo pior do que você dizer: “esse neguinho não sabe de nada. Entra sem vestibular.”? A cota seleciona um pequeno grupo, que com muita dificuldade conseguiu chegar ao pré-vestibular, empurrado de um ano para outro sem a exigência do conhecimento. Depois, a cota enfia esse aluno dentro da Universidade sem lhe dar condições de suprir a deficiência que lhe foi imposta no ensino médio. O governo tem que contratar o dobro dos professores universitários, para que eles fiquem em sala de aula, mas para que também ensinem a esses alunos como realizar pesquisa, como redigir relatório, produzir texto. Os alunos tinham que ficar nas bibliotecas, ter livros. Isso sim é ação afirmativa, mesmo só para esse pouquinho. Agora, escolhe-se um grupo para dividir o resto, que fica auto-responsável pela sua própria miséria. É como se a responsabilidade não fosse mais do governo, que acabou com a escola pública. Então, eu não sou contra as cotas; sou a favor de uma escola pública que “desnecessite” de cota, porque prepara o aluno para chegar ao ensino técnico ou universitário. O povo brasileiro tem o direito às mesmas condições de ensino; o pobre tem que poder competir com aquele da mais alta classe. Isso é democracia, é valorizar as pessoas que nasceram neste país, independentemente de cor e posição social. Para isso, tem que haver

dignidade para professor do ensino médio. Você acha que o professor que tem que dar aula, preencher currículo lattes, correr atrás de produtividade, vai ter tempo de ensinar ao aluno cotista como se prepara um relatório? A deficiência desses alunos é muito grande! É preciso lhes dar tudo o que a escola fundamental e secundária não deu: aulas de português, história etc. Ensiná-los, inclusive, a comer, pois eles não sabem nem fazer as escolhas mais nutritivas: tem cotista que entra na UERJ e não toma leite, não come legumes, não come feijão. Só quer saber de cachorro-quente e hambúrguer. Seu grande sonho é um lanche do McDonald’s. Temos que reeducá-los em muitos aspectos. E qual é o professor que vai fazer isso? Em qual horário? Tem muitos cotistas se queixando de professores que assinam como orientadores, mas que, na verdade, quer que eles façam o serviço de banco, atendam telefonemas, digitem o trabalho desses professores etc. Queremos igualar as crianças do país, independentemente da cor. Que todas tenham o mesmo nível de capacidade, porque em nenhum país do planeta todos entram nas universidades. Os melhores alunos, aqueles que têm o gosto pela universidade, não precisam fazer o vestibular. É o vestibular de uma vida, daqueles que têm as melhores notas ao longo de toda a sua vida escolar! Aqueles que não atingem a média para frequentar a Universidade vão para os cursos técnicos de excelência. A luta tem que ser também para que não haja defasagem tão aberrante entre os salários. A luta do intelectual é para que exista capacitação para todo o povo brasileiro pensar, agir e produzir. Todos devem ter um salário digno, como fruto da profissão que exercem, tenha o trabalhador curso universitário ou não. Não se pode dizer que uma pessoa com o diploma universitário vai melhorar de vida, sem ter as reais chances de competir nos concursos públicos e nas seleções do setor privado. E por que essas pessoas não podem competir? Porque foram destruídas nos cursos de primeiro e segundo graus, passando pela

Universidade “de faz de conta”. Justamente porque me posiciono contrariamente à política de cotas, os alunos cotistas, quando entraram na UERJ, me chamavam de racista. Hoje, eles falam: a senhora está entre os professores que nos obrigam a corrigir nossos textos, nos ensinam a escrever. Recebo os meus alunos cotistas em casa aos finais de semana, pois não há como fazer isso de segunda a sexta. Disponibilizo o computador da minha sala na UERJ e o da minha casa para eles. Vou com esses estudantes à Biblioteca Nacional e outros centros de pesquisa. Uma aluna cotista me disse que todas as vezes que entrava na BN era observada. Pensava que isso lhe acontecia porque ela é negra. Eu afirmei que era porque ela não pode entrar na Biblioteca Nacional fazendo barulho com os sapatos, que era porque ela não mantinha uma postura silenciosa naquele espaço de leitura e pesquisa. Esse tipo de comportamento, contudo, não ocorre somente com os alunos cotistas, pois a juventude atual é deseducada pela televisão, quanto aos espaços de silêncio e de reflexão. Então, continuo afirmando que não entendo como alguém pode chamar

cota de ação afirmativa: é a ação afirmativa do profundo racismo porque ao reconhecer que não deu a esse aluno a condição de fazer um exame vestibular, faz com que ele entre na Universidade desta forma criminosa, como alguém que não pode enfrentar uma prova que teste o conhecimento que lhe deveria ter sido dado nos primeiros níveis do processo educativo. Por que não se exigir a suspensão do superávit primário, obrigando as autoridades a investirem esse dinheiro em saúde, saneamento básico e educação? Estados e municípios têm de triplicar o número de professores, passar as escolas para tempo integral e pagar a cada professor, pelo menos o que pagam os assessores e servidores de café nos gabinetes de juízes, em vez de miseráveis R\$480. Afinal de contas, professor de ensino fundamental e do secundário é obrigado a ter nível superior. Com excelência desses dois níveis de formação educacional, está garantido o acesso democrático à Universidade. E quanto maior o número de pessoas de todas as cores, homens e mulheres, aptas para o estudo universitário, maior será a luta pela ampliação de vagas na Universidade pública.



“QUEREMOS IGUALAR AS CRIANÇAS DO PAÍS INDEPENDENTEMENTE DA COR”, DIZ A PROFA. LUITGARDE BARROS.

Opiniões divergentes sobre política de cotas foram explicitadas durante o Congresso

Como acontece em todos os Congressos do ANDES-SN, antes mesmo da realização do evento, o Sindicato Nacional disponibiliza o Caderno de Textos e seu Anexo, compostos por documentos enviados por sindicalizados de todo o Brasil, que apresentam suas propostas sobre os principais temas que serão debatidos e deliberados pelos participantes.

O Caderno de Textos deste 26º Congresso, e principalmente seu Anexo, contém Textos Resoluções importantes sobre a política de ações afirmativas e sobre a reserva de vagas em universidades públicas. Dentre eles, destacamos o TR 62 – O Significado da Política de Cotas: definindo o posicionamento do ANDES-SN e o TR 59 – Políticas afirmativas: passos reais para a concretização da universalização. O TR 62 foi proposto pelos professores Frederico José Falcão (ADUR-RJ S. Sind), Janete Leite (ADUFRJ), Maria das Graças Soares Floresta (ASPUV S. Sind), Marília Leite Washington (ADUFSCAR S. Sind), Roberto Boaventura da Silva (ADUFMAT), Dileno Dústan de Souza (ASPUV S. Sind), Francisco Carlos Vitória (ADUFPEL S. Sind), e Ângela Maria Ferreira (ASPUV S. Sind). A autoria do TR 59 é de responsabilidade da ADUFF (Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense).

O TR 62 afirma que o Sindicato Nacional tem debatido a questão das cotas étnico-raciais há alguns anos, indicando a polarização que existe na base do ANDES-SN sobre o tema: “um campo que defende que o Sindicato deva assumir a política de cotas como uma ‘ação afirmativa’, a fim de reparar – do ponto de vista da sua militância – as atrocidades cometidas pela sociedade contra os negros; e, um outro grupo, que propugna que a questão dos negros seja pensada a partir de uma concepção mais ampla, qual seja, a de que, na sociedade capitalista, geradora de exploração e discriminação dos trabalhadores, a ‘libertação’ e a

‘equiparação’ dos negros é impossível se vista fora da lógica da emancipação do conjunto dos explorados”.

De acordo com os autores deste TR, que se manifestam contrariamente à política de cotas em universidades, a questão étnico-racial precisa ser compreendida a partir da luta de classes, marcada por suas contradições e conflitos entre o capital e o trabalho. Todas as mazelas que a ampla maioria da população negra vem sofrendo ao longo dos anos, deve ser entendida pelas lentes da problemática social e econômica. Deslocá-la deste contexto, segundo os autores da TR 62, é estabelecer um novo processo de discriminação na sociedade: “discriminação ao contrário, que atende tão somente às diretrizes impostas pelo mundo neoliberal e seus organismos internacionais induzindo as saídas individuais, negando a dimensão coletiva da sociabilidade”.

A principal crítica dos autores à adoção de cotas é o fato de que tal política atende a um grupo restrito da população, sem olhar para a grande maioria que não tem direito ao acesso à educação pública e de qualidade. O texto também denuncia que os estudantes que seriam “beneficiados” com as cotas não têm recebido a capacitação necessária e adequada para o desenvolvimento de suas potencialidades na educação superior, principalmente porque as escolas de ensino médio e fundamental da rede pública têm agonizado, em decorrência do abandono promovido pelo governo.

O texto aponta uma saída para a universalização efetiva do acesso dos estudantes ao ensino superior público, de qualidade e socialmente referenciado: “estabelecer uma política educacional séria no Brasil, pois já se vão anos em que ela é determinada pelas agências multilaterais que trabalham com a lógica da afirmação do interesse do



capital, e não do conjunto da sociedade de forma emancipadora. (...) É preciso recuperar as perspectivas de garantia, acesso e permanência, com qualidade, de toda a população, em todos os níveis e modalidades de ensino. Daí a necessidade imperiosa de se combater as propostas e programas que comprometam as qualidades técnica e profissional da educação e de intervir, organizadamente, em todos os espaços possíveis, revelando as políticas compensatórias do governo, que focalizam níveis de ensino em detrimento de outros, que fragmentam o sistema nacional de educação (...), escreveram os autores do TR 62.

O TR 59, proposto pela diretoria da ADUFF, expressa a visão daqueles que se pronunciaram a favor da política de cotas, tentando apresentar soluções para a questão já em curso. De acordo com a Diretoria da seção sindical da Federal Fluminense, o debate sobre políticas de ações afirmativas e políticas de cotas tem sido importante para a militância do Movimento Docente, que precisa denunciar medidas demagógicas criadas pelo governo, como aquela capitaneada pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), que destina um percentual de

vagas para alunos carentes em instituições particulares, em troca de isenção fiscal para essas empresas.

A Diretoria da ADUFF posiciona-se contrariamente à metodologia empregada hoje para o acesso à Universidade, afirmando defender o direito de todos aqueles que desejarem ingressar no curso superior em instituições públicas, propondo alternativas à barreira do ingresso. Contudo, o TR alerta que a Diretoria da ADUFF não acredita que as reservas de vagas possam ser um “remédio definitivo para se contrapor à chamada ‘elitização’ do ensino superior, (...) já que no Brasil menos de 10% dos jovens têm acesso aos bancos das universidades”.

De acordo com o TR 59, a ADUFF posiciona-se “pela recusa a um universalismo abstrato – que fala no direito universal do acesso, como se fosse possível, na sociedade atual, com o grau de exclusão do ensino superior que vivemos —, sem entretanto abandonar a perspectiva universalista como horizonte de conquista concreta, derivada da luta dos que buscam a transformação social”.

A proposta da ADUFF, que foi prejudicada pela deliberação da maioria

dos delegados, era a de que o ANDES-SN se posicionasse favoravelmente à reserva de vagas no acesso superior público, a partir de alguns critérios específicos. Dentre eles: que o estudante tivesse cursado TODO o ensino básico (fundamental e médio) em escola pública, nele incluídos percentuais definidos a partir de perfis demográficos de cada região – para negros, indígenas e quilombolas. Além disso, o TR 59 propunha o fim do vestibular e a rejeição ao ProUni.

Na mesma linha apresentada pela ADUFF foi apresentado o TR 60, proposto pela Associação de Professores da Universidade Federal de Santa Catarina. Esse Texto Resolução – “Ações afirmativas para a concretizar a Universalização” – também se posicionava à favor do acesso diferenciado ao ensino superior, “tais como reservas percentuais ou pontuação extra, e de permanência (como assistência estudantil, pedagógica e psicológica) para setores historicamente excluídos,

como estudantes de escolas públicas, negros e povos originários.. Com a participação seus movimentos organizados”.

A APUFSC também apresentou uma proposta para que os professores da base do ANDES-SN se auto-declarassem quanto à cor da pele e ao sexo – o que foi veementemente rejeitado pelo plenário, lembrando que o Sindicato Nacional é uma instituição criada e organizada por trabalhadores, a partir dos pressupostos classistas. Cor da pele e sexo não são determinantes para os seus militantes, que respeitam a diferença da sociedade brasileira e são contra qualquer política classificatória e sectarista.

A representação da ADUR-RJ S. Sind, expressou o sentimento da assembléia da Associação de Docentes da UFRRJ quanto à política de cotas, ao afirmar que o Sindicato Nacional não pode se distanciar da concepção histórica de que homens e mulheres, brancos, negros, indígenas, heterossexuais ou homossexuais são

antes de tudo trabalhadores, que se reúnem a partir do entendimento de que constituem uma classe, cuja luta pauta-se pelo objetivo comum de defender o ensino público de qualidade e os direitos da categoria docente.

Os delegados da ADUR-RJ reconhecem a existência do racismo, do preconceito na sociedade brasileira, repudiando todas as medidas discriminatórias. Do mesmo modo, se manifestaram, por posicionamento de assembléia, contra as medidas que visam o acesso diferenciado ou reserva de vagas (cotas) por critérios étnico-raciais por entenderem que elas estimulam a subalternidade desses estudantes e atendem exclusivamente à política divisionista do governo federal, que endossa as propostas neoliberais de organismos internacionais.

Os delegados da ADUR-RJ disseram que aqueles que não defendem a reserva de vagas, mas ainda assim se posicionam a favor da universalização do ensino, não partem

de uma concepção liberal do termo. Universalização é um conceito historicamente construído pelos movimentos sociais organizados, que defendem que se cumpra o direito constitucional de amplo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

Vários docentes puderam se manifestar sobre o tema, apresentando os posicionamentos de suas assembléias sobre políticas de ações afirmativas e reservas de vagas para estudantes. O professor Osvaldo Coggiola (ADUSP) afirmou que o Sindicato discute o assunto desde a década de 1990, tendo pautado o tema junto a sociedade e demais movimentos sociais organizados. O ANDES-SN, segundo Coggiola, é um dos pioneiros na luta pela universalização do ensino. “Cota é a política oficial para impedir a universalidade. Como combinar a universalização do ensino frente à política de cotas?”, questionou o professor.

Carta de Campina Grande

No período de 27 de fevereiro e 4 de março de 2007, reuniram-se em Campina Grande, 337 delegados, 36 observadores e 5 convidados, docentes de 66 seções sindicais, vindos de todos os recantos do país para o 26º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Um congresso que já se prenunciava vigoroso, mesmo antes do seu início, pela expressiva manifestação da base docente, por meio de numerosas e densas contribuições em todos os temas que fizeram parte do Caderno de Textos. O traço destacado na composição do plenário do evento foi a marcante renovação de quadros.

Os professores vinculados às instituições de ensino superior públicas e particulares defrontam-se com uma conjuntura que é dramaticamente ameaçadora dos principais elementos constitutivos de sua **identidade**. O ethos acadêmico está sendo corroído. A educação, como política pública, é atacada pelos

efeitos perversos advindos das reformulações do interesse do capital atualmente em curso, articuladas por intermédio de suas representações sociais, com vista a assegurar, planetariamente, um patamar cada vez mais elevado de sua remuneração.

A situação adquire tonalidade mais dramática quando governos nacionais, como no caso brasileiro, submetem-se à lógica econômica e acabam por aparelhar o Estado a serviço dela. É o caso do chamado PAC, referente ao qual o 26º Congresso se posicionou contrariamente, por considerar que este aprofundará os ataques aos direitos dos trabalhadores, à educação pública, ao meio ambiente, agravará tanto o endividamento público como a dependência do país e tudo isso voltado exclusivamente para atender às demandas do capital.

A partir dessas constatações e assumindo a sua responsabilidade histórica, o 26º Congresso decidiu apontar como centralidade da luta em 2007:

- a reorganização e unificação da classe trabalhadora, com liberdade de organização e autonomia sindical para garantir direitos e avançar na conquista de melhores condições de vida e trabalho; pela defesa e fortalecimento do ANDES-SN;

- a defesa do serviço público, da universidade pública com financiamento público, pela valorização do trabalho docente e recomposição salarial;

- a luta contra o neoliberalismo e as várias faces da ofensiva do capital contra a classe trabalhadora, com ênfase no combate às chamadas reformas;

- o fortalecimento do trabalho de base para ampliar a participação da categoria no sindicato.



Culminando os debates sobre a organização da classe trabalhadora, desenvolvidos na base do Sindicato desde o 25º Congresso e, particularmente intensificados em decorrência do cronograma deliberado pelo 51º CONAD, foi aprovada a filiação do ANDES-SN à Coordenação Nacional de Lutas - Conlutase a centralização de esforços para a constituição de um amplo pólo classista, autônomo e combativo de organizações e movimentos sociais do campo e da cidade que potencialize as lutas antineoliberais com vista à unidade dos que estão dispostos a lutar.

No mesmo sentido, decidiu envidar esforços na preparação e participação no "Encontro Nacional - Organizar a luta para manter e ampliar os direitos da classe trabalhadora - Construir a unidade em defesa da aposentadoria e dos direitos sociais, sindicais e trabalhistas" a ser realizado na cidade de São Paulo no dia 25 de março, bem como no comprometimento com a implementação da agenda de lutas que lá será definida.

Em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, o 26º Congresso deliberou três importantes movimentos.

1 - A luta pela ampliação do financiamento federal, estadual e municipal das instituições públicas de ensino superior foi aprovada em defesa de sua autonomia e visando ao aumento de vagas, cursos noturnos, criação de novas instituições públicas e a garantia de assistência estudantil, em busca da universalização do acesso ao ensino superior como contraposição à privatização do ensino superior e todas as formas de expansão de vagas que ocorram sem garantia de aporte de recursos adequados, mais particularmente aquelas apresentadas atualmente pelas propostas de expansão da graduação e da pós-graduação com a utilização da EaD, especialmente na forma do sistema chamado Universidade Aberta do Brasil. No mesmo sentido, foi apontada a necessidade de intensificar ações contra as relações inconstitucionais das IES públicas com as fundações privadas ditas de apoio.

2 - O empenho para rearticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública a partir da proposição de atividades que congreguem as diversas entidades.

3 - O fortalecimento da Frente de Luta contra a Reforma Universitária, aglutinando entidades acadêmicas, organizações e movimentos sociais e, por meio dela, contribuir para a construção de um calendário de ações comuns no sentido de barrar a contra-reforma universitária privatizante do governo Lula.

No que se refere à polêmica questão sobre ações afirmativas, o 26º Congresso reafirmou



DELEGAÇÃO DA ADUR-RJ PARTICIPA DO 26º CONGRESSO DO ANDES-SN

a política já aprovada pelo Sindicato vinculada ao acesso e permanência, explicitando posicionamento contrário à política de cotas e denunciando as diferentes iniciativas de cooptação dos movimentos sociais, por parte dos governos, em torno desse tema. No tocante às questões referentes à seguridade social, 26º Congresso deliberou importantes posicionamentos:

1 - A intensificação das ações contra a ameaça de aprofundamento da reforma da Previdência que tentará impor novas restrições e retirar conquistas, tanto do setor público como do setor privado, prejudicando todos os trabalhadores e, mais ainda, os aposentados;

2 - A convocação imediata do XII Encontro do ANDES-SN sobre assuntos de aposentadoria;

3 - A inserção das seções sindicais e secretarias regionais nos debates e fóruns que retomam a luta pela revitalização do movimento da reforma sanitária brasileira e defesa do SUS;

4 - O compromisso de articulação do Sindicato com outras entidades que se colocam no campo do combate à privatização dos Hospitais Universitários, confrontando os que pretendem transformá-los em fundações, política que se estende aos demais hospitais públicos.

Como decorrência da clara definição sobre a centralidade de ação do sindicato em 2007, o 26º Congresso definiu o plano de lutas dos setores que se organizam no ANDES-SN.

Para o Setor das IPES, além de aprovar as diretrizes da Pauta Unificada de 2007, incluindo o direito a creche para filhos de docentes, apontou os passos de uma ação

combinada com os demais setores para a expansão do movimento entre as particulares, além de denunciar as péssimas condições de trabalho e formular novas estratégias de enfrentamento dos ataques desferidos pelas mantenedoras contra a organização sindical.

Reverberou, em diversos momentos dos debates a indignação com os recentes episódios envolvendo militantes da ADUNIMEPS, Sind, ADUCB S.Sind, ADESA-PES.Sind, ADESSC S.Sind, SINDFAFICA S.Sind, além de outras organizações citadas na denúncia apresentada pelo ANDES-SN à OIT, tema principal do Caderno ANDES-SN número 24, lançado durante o evento, intitulado "Pela Liberdade de Sindicalização dos Docentes das Instituições Particulares do Ensino Superior".

Estrategicamente o 26º Congresso apontou a necessidade de encaminhar a unificação das lutas dos docentes das instituições estaduais e municipais dos diversos estados e municípios, articulando-as com os docentes das instituições federais em defesa da autonomia com financiamento público, por intermédio da vinculação de recursos orçamentários para a educação superior pública em percentual da receita. Intensa mobilização e denúncias serão desencadeadas no sentido de reverter a precarização do trabalho docente que, de forma perversa, tem se intensificado nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES e nas Instituições Municipais de Ensino Superior - IMES. A perspectiva é buscar a conquista de Planos de Carreira conforme proposta defendida pelo ANDES-SN.

Quanto ao Setor das Federais, o congresso deliberou por implementar campanha salarial articulada com a campanha dos servidores públicos federais sob coordenação da CNESF, voltada para a conquista de uma política que

preveja a recuperação salarial com incorporação das gratificações, isonomia e paridade. Destacou a necessidade de buscar um índice emergencial de reajuste, no mínimo, correspondente às perdas referentes ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2006. Denunciou o governo pela forma ardilosa com que, sob o manto retórico de estar atendendo às demandas dos trabalhadores do serviço público, vem utilizando a questão da carreira dos docentes para subtrair-lhes direitos.

Assim, também exige a abertura de negociações para tratar das diretrizes de carreiras dos servidores públicos federais e seriedade na continuidade de funcionamento do GT Carreira MEC, atendidas as pré-condições já apresentadas, com o objetivo de avançar no processo de aproximação das carreiras, rumo à carreira única, já que muito se tem avançado em articulação com o SINASEFE neste aspecto.

Durante o 26º Congresso, foi homologada a constituição de três novas seções sindicais, expressão real do fortalecimento do Sindicato, seja pela distribuição geográfica, seja pelo significado que cada uma delas tem. A ADUNCAMP seção sindical estadual de São Paulo, por transformação da tradicional Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas, a SINDESP seção sindical multiinstitucional do Sudoeste da Bahia e a ADOM seção sindical dos docentes da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - MG(...)

Com lutas, vigor e lucidez, intervindo na reconstrução da unidade dos trabalhadores, o Movimento Docente saberá desempenhar o seu papel histórico e enfrentará, com vitórias, os desafios postos para o ano de 2007.

Campina Grande, 4/03/2007
Diretoria do ANDES-SN

Expediente

Adur Informa - Caixa Postal: 74.537
Telefax: (21) 2682-1379
E-mails: adurrij@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br

Conselho Editorial: Professores Célia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro S. Magalhães.
Redação e diagramação: Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). **Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** dois mil exemplares

